

A TRANSIÇÃO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Marcelli Ritton Macedo ¹

RESUMO

O artigo visa demonstrar a interface da passagem da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Demonstrando as expectativas dos alunos da Educação Infantil, especificamente pré-escola, aos cinco anos de idade, em relação à mudança para o Ensino Fundamental, aos seis anos de idade e, também, os relatos que os alunos que passaram por essa transição demonstram nessa nova etapa de estudo, especificamente o 1º ano, aos seis anos de idade. Destacando, ainda, o relato dos pais e docentes que acompanham este aluno neste processo. Condicionante também, o enaltecimento das atividades lúdicas, utilizando diferentes tipos de comunicação e, assim, contribuindo com a vivência e experiências como sujeito que estabelece a sua história no cotidiano.

Palavras-chave: Infância. Escolarização. Transição. Atividades Lúdicas e Pesquisa. Ensino.

ABSTRACT

The article aims to demonstrate the interface of the passage of children from Early Childhood to Elementary School. Demonstrating the expectations of pre-school children at the age of five, in relation to the change to Elementary School, at the age of six, as well as the reports that student's new stage of study, specifically the 1st year, at the age of six. Also highlighting the report of the parents and teachers who accompany this student in this process. It is also a condition for the enhancement of play activities, using different types of communication and thus contributing to the experience and experiences as a subject that establishes its history in everyday life.

KEY WORDS: Childhood. Schooling. Transition. Play activities and research. Teaching.

INTRODUÇÃO

Com a criação das leis, normas e diretriz que trouxeram grandes transformações no cenário educacional, assim alterando a idade de matrícula das crianças no ensino fundamental e a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Deste modo, transformou o último ano da educação infantil passou a ser o primeiro ano do ensino funda-

mental, com isso os alunos passaram a ser matriculados com seis anos e não mais com sete anos como no passado.

Com as experiências vivenciadas nos estágios obrigatórios do curso de Pedagogia, permitiram verificar que os alunos, chegam ao ensino fundamental um pouco perdidas, não tendo noções da realidade que será vivida por ser diferente do da educação infantil, visto que demonstra outro contexto. Essa situação instigou-nos a pesquisar sobre a temática do artigo, e evidenciar com é a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

De forma geral o assunto ainda é recente em relação ao outros estudados na parte educacionais. É necessário que estudos sejam desenvolvidos neste panorama. A fim de melhorar e acrescentar novos entraves sobre os assuntos da educação e principalmente na educação infantil e no ensino fundamental.

As transições decorrentes da educação infantil para ensino fundamental passam por momentos complicados, pois, estão no último ano da educação infantil e no próximo ano passarão a ser primeiro ano do ensino fundamental.

Angotti, 1994, disse que um dos maiores motivos para o estranhamento dar-se-á pelo fato de estarem às mudanças em relação ao processo de transição entre uma etapa da educação para outra. São realidades distintas, a educação infantil favorece interações maiores enquanto o ensino fundamental estrutura organizacional privilegia práticas mais individuais, ou seja, as crianças têm que cumprir as atividades normalmente sozinhas, com pouca ênfase nas interações.

O contato com o primeiro ano do fundamental é uma realidade diferente, pois contam com muitas interações nos quais não estão acostumados na educação infantil, um exemplo é cadeiras separadas, varias matérias novas dentre outras. Alguns alunos passam de serie, sem saber o que as esperam, apenas aguardam ansiosamente para tentar compreender o novo espaço.

Fica nítido que existe uma lacuna entre o ensino fundamental e a educação infantil, como se não houvesse uma ligação entre eles. Motta (2011, p.166), mostra que para os alunos o primeiro dia de aula nessa transição entre educação infantil para o ensino fundamental seria uma aula drástica por causa da lacuna existente. Os alunos não sabem como se comportar, não compreende uma nova sistemática.

A lei nº 11.114/2005, nos mostra com já havia exposto, que a duração de ensino fundamental teve uma mudança para nove anos, assim os alunos passam a entrar mais cedo na escola. Campos (2011, p29) relatam que no Brasil as mudanças legais da idade foram como uma estratégia para a junção entre a pré-escola e ao Ensino Fundamental, aumentando assim essa etapa para 5anos e adiando a entrada do aluno no Ensino Fundamental. Este fato implicou na diminuição da duração da pré-escola para 02 anos com a faixa etária 04 a 05 anos é não mais como antigamente que era de 04 a 06 anos. Pode-se inferir que as novas medidas legais, demonstrando a universalidade do ensino educacional para alunos com 6 anos, assim fazendo com que obrigatoriamente com a faixa etária de 04 a 17 anos. Essa nova reorganização foi adotada sem que houvesse nenhuma condição de infraestrutura, adaptação de currículos e outros elos envolvidos no processo.

Partindo desse principio, Stemmer (2007) mostra que é necessário que o docente conheça e compreenda a história da escrita, para se tornar um bom alfabetizador, visto que:

Saber ler e escrever são consequentemente, meta significativa a ser atingida pelas pessoas que vivem numa sociedade letrada independentemente da classe social a que pertencem, seja como forma de ascensão social ou simplesmente como meio de participar de práticas sociais em que dominar esse conhecimento é condição imprescindível (STEMMER, 2007, p. 130).

Tendo em vista, que nossa sociedade é movida pela escrita e fala, é de extrema importância que os alunos saibam ler e escrever, como isso a alfabetização se inicia cada vez mais cedo. O propósito deste artigo não é mostrar o certo e o errado no processo de alfabetização e letramento na educação infantil ou no ensino fundamental, o questionamos é com esse processo esta sendo inserido na educação desde Infantil ate o Ensino Fundamental.

Contudo, este artigo visa à necessidade de se sistematizar os conhecimentos científicos já produzidos sobre as estruturas físicas e pedagógicas do ensino fundamental de nove anos. Assim com em outros artigos e trabalhos dos autores citados neste trabalho investigou alguns aspectos sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental de nove anos, mas cada um dos autores relata um ponto diferente envolvido

no processo da educação. Nesse sentido, torna-se importante analisar, em conjunto, todos os fatores relacionados à transição da educação infantil para o ensino fundamental, bem como as mudanças necessárias no primeiro ano do atual ensino fundamental, ampliando os conhecimentos referentes a essa temática e, dessa forma, propor elementos para um processo de transição que contemple tanto as características das crianças dessa faixa etária como as funções da escola.

METODOLOGIA APLICADA

A presente pesquisa consiste em um estudo com abrangência qualitativa, que visa compreender o comportamento do aluno na transição educação infantil para o ensino fundamental, bem como identificar as variáveis que influenciam este contexto.

1. Tipos de pesquisa

Segundo, MALHOTRA (2006) um estudo de natureza exploratória tem o objetivo de investigar um fato ou uma situação para o desenvolvimento de sua maior compreensão. As pesquisas qualitativas normalmente utilizam vários procedimentos e instrumentos de coleta de dados. A observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2002).

Neste trabalho, os dados foram coletados por meio qualitativos, havendo apenas observação e relatos de fatos acontecidos. Para complementação da coleta de dados foi feita a análise de documentos técnicos e de observação do comportamento. Desta forma, a metodologia de pesquisa utilizada neste estudo possui alguns elementos do método etnográfico, que segundo Vergara (2006):

Consiste na inserção do pesquisador no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado. Os dados são, então, coletados no campo, em geral, por meio de observação participante e entrevistas, quase sempre semi-estruturadas (VERGARA 2006, p.72).

Na observação participante, o pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo com os indivíduos, buscando vivenciar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A importância atribuída à observação participante está na

valorização do instrumental humano, característica da tradição etnográfica (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2002).

O método etnográfico possibilita uma compreensão mais ampla do papel dos indivíduos no ambiente organizacional, ao oferecer uma visão da realidade formal e informal dos diversos níveis da organização. Permite ainda, identificar valores e aspectos da relação entre os integrantes, às vezes despercebidos pela sociedade. E possibilita graças à imersão do pesquisador no cotidiano do grupo investigado, descobrir o simbolismo presente no comportamento destas pessoas. (VERGARA, 2006)

Um aspecto importante no método etnográfico é a decisão de apresentar-se ou não como pesquisador para o grupo pesquisado. (VERGARA, 2006) Em geral, a observação participante é associada à imersão total do pesquisador no contexto observado, passando a ser um membro daquela sociedade, entretanto o nível de participação do observador é variável, assim como o nível de exposição de seu papel de pesquisador aos outros membros do grupo estudado (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2002).

Neste trabalho, o pesquisador não se identificou como tal para não haver distorções nos comportamentos e discursos. Com relação à imersão, pode-se dizer que foi total, pois o observador estava presente o tempo todo como parte da escola analisada.

2.Coleta de dados

Segundo Vergara (2006, p.75): “Os dados coletados formal ou informalmente, por meio de observação ou entrevistas, devem ser registrados diariamente. Recomenda-se que o pesquisador utilize um diário de campo a fim de manter os registros organizados”. Neste trabalho, os dados obtidos por meio de observação e pesquisa de campo, entre os dias 02 de maio de 2016 e 30 de maio de 2016, foram registrados em uma coleta de dados.

No método etnográfico segundo Vergara (2006, p.75): “É comum que o pesquisador enfrente resistências por parte do grupo investigado, o que exige habilidade para estabelecer e manter relações de confiança com o referido grupo.” Neste trabalho, não houve esta resistência, pois o pesquisador já era um membro da escola, além de não ter se colocado como pesquisador formalmente.

Para Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (2002), as vantagens atribuídas à observação são:

(...) a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para “causar boa impressão”; c) permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informante não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial. (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2002, p.164).

A coleta de dados nesta pesquisa foi complementada pela análise de documentos como manuais de procedimentos, regulamentos, regimentos, livros de ocorrências, relatórios, atas de reunião e jornais. Segundo Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (2002):

“Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem ser muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada. (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2002, p.169).”

A análise dos dados ou estudo de caso foi feita assim que se terminou a pesquisa de campo, primeiramente através da transcrição na íntegra das observações das pesquisas, através dos programas Microsoft Word para facilitar o estudo. A partir daí, pode-se identificar os aspectos a ser abordado, relacionar as situações observadas e excluir aquilo que não era necessário. Sobre análise de dados, em síntese, seguiu-se o que Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (2002) explicam, isto é, que as pesquisas qualitativas geram um volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto é feito por um processo em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhe o significado.

3.Tratamento e análise de dados

O levantamento bibliográfico mostra a necessidade de novas pesquisas envolvendo crianças, professores e pais com o objetivo de integração dos sujeitos nesse processo, para que o desenvolvimento ocorra de fato e a ruptura entre os segmentos diminua cada vez mais.

Kramer (2006), mostra que, a visão da criança, não há fragmentação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. São os adultos e as instituições que, muitas vezes, deixam de fora a experiência cultural que poderia ser articulada.

A análise dos levantamentos teóricos realizados ao longo deste trabalho, iniciamos nossa coleta de dados sobre a transição com 16 crianças, 01 professora e 16 pais de uma instituição particular, do estado Rio de Janeiro. Na coleta de dados na instituição de Educação Infantil, organizamos nosso trabalho dividindo-o em três categorias: rotina, expectativa, sentimento. Na divisão das categorias contemplamos as vozes das crianças, professora e pais que se cruzam no momento de reflexão sobre a transição.

Em relação aos pais, percebemos a falta de conhecimento em relação à rotina interna realizada na instituição de Educação Infantil. Possuem consciência que há uma organização das atividades que são oferecidas na pré-escola e sua importância no processo de escolarização. Criam uma expectativa relacionada à rotina do Ensino Fundamental quanto ao espaço físico, à adaptação a nova rotina, à aquisição da leitura e escrita e à convivência com crianças de outra faixa etária.

Sobre rotina do Ensino Fundamental é estruturada com um horário organizado pela professora e organizados da seguinte forma: entrada, sala de aula, atividades pedagógicas (caderno ou xerox), intervalo, atividades apostiladas e atividades em diferentes ambientes escolares (biblioteca, sala de vídeo, pátio, entre outros).

As crianças relembram ingresso na Educação Infantil, expressando seus sentimentos no período de adaptação (medo, choro e anseios); destacaram as atividades que faziam parte da rotina, como o parquinho (por exemplo, tanque de areia), os brinquedos pedagógicos (quebra-cabeça, dominó, entre outros); o mobiliário da sala de aula com mesas para acomodação com quatro amigos para realização de atividades; tomar banho de mangueira no pátio; datas comemorativas; a hora de dormir e a alimentação fornecida pela instituição de Educação Infantil.

Ao ingressarem no Ensino Fundamental destacaram com maior ênfase o espaço físico mais amplo, uma quadra coberta para brincar, a biblioteca e a autonomia com o lanche por poder adquirirem-lo na cantina, trazê-lo de casa ou alimentar-se no refeitório.

Sendo assim, a professora apontou, no momento da acolhida, imaturidade por parte das crianças, visto que estavam acostumadas com uma rotina com atividades apostiladas, porém re-

alizadas com um olhar lúdico. Precisou adaptar as atividades propostas pelo sistema apostilado do Ensino Fundamental, no primeiro mês do ano letivo, tornando-as mais lúdicas, para resgatar o conhecimento prévio das crianças. Ressaltou que tinha autonomia da direção para adaptar as atividades da apostila, deixando de utilizá-la até a adaptação das crianças a sua nova rotina. Toda rotina era organizada pela professora titular da sala e apresentada às crianças.

REFERENCIAL TEORICO

1. Aspectos históricos e legais: Educação Infantil

Neste artigo abordaremos a transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, seguindo a orbita das escolas de Educação Infantil do Brasil, no contexto da legislação atual sobre a formação dos profissionais que atuam neste ramo.

A trajetória histórica da Educação Infantil, segundo Kramer (2011), Oliveira (2008) e Sommerhalder (2013), relatam que educar e cuidar são coisas distintas, primeira infância essas práticas interligadas. Como observamos a Educação Infantil não tinha um papel de destaque na formação das crianças. O seu surgimento veio com intuito de suprir um apoio assistencial, com o objetivo suprir as necessidades das crianças como a família.

Segundo Kramer (2011), cinco fatores são demonstrados como responsáveis pelo crescimento da pré-escola nos últimos anos. Classificados como: sanitária e alimentar; assistencialismo social; teorias psicológicas; diferenças culturais e fatores propriamente educacionais.

O Jardim de Infância ou Escola Maternal no Brasil surgiu, para Kramer (2011) e Sommerhalder (2013) surgiu um ponto de extrema importância das classes sociais. Esse foi situado em órgãos educacionais baseados em uma proposta froebeliana¹. Usando um trabalho totalmente assistencialismo, com intuito de proteção e ao cuidado da criança pobre sem cunho educacional ao fato dos seus pais estarem inserir no mercado de trabalho.

Kramer (2011), as escolas tinham um aspecto educativo, mas não havia um modelo assistencial para crianças de classe média baixa e outro para crianças de classe média alta voltada para um modelo escolarizante. Essa situação começou a mudar a partir do século 20.

As creches surgem da revolução industrial, com a nova estruturação do capitalismo e o aumento do urbanismo, surgindo a necessidade da mulher de ocupar o mercado de trabalho. Com isso, criou-se um novo cenário, pois, as mães tinham necessidade de local para deixar os filhos.

Oliveira (1988), sobre a história da creche relacionada às modificações do papel da mulher em nossa sociedade e às repercussões no âmbito familiar no que diz respeito à educação dos filhos. Segundo a autora a creche brasileira deve ser pensada no âmbito da evolução capitalista no país, expandindo a indústria e aumentando a necessidade de mão de obra. Assim percebe-se, que, o trabalho que era de forma agrária transforma-se industrial, havendo a separação física da moradia com o local de trabalho.

Com a mudança no cenário as mulheres tiveram que ser empregadas na industrial, já que os homens estavam envolvidos diretamente na mão de obra agrária. As empresas, assim como a sociedade, não visualizavam a responsabilidade de cuidar das crianças quando os pais tivessem trabalhando.

Todos estes pontos foram levantados porque torna-se instigante pensar a creche como contexto de desenvolvimento para a criança pequena, desde que, cada vez mais mulheres de diferentes camadas sociais estão assumindo trabalho e outras atividades fora de casa, como o estudo e a participação na comunidade necessitando, portanto, de ajuda no cuidado e educação dos filhos (OLIVEIRA, 1988, p. 44). [...] Em geral, o trabalho junto as crianças nas creches era de cunho assistencial custodial. A preocupação era com alimentar, cuidar da higiene e da segurança física. Não era valorizado um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças (OLIVEIRA, 1988, p. 47).

Na década de 60 as creches e pré-escolas eram voltadas para as classes médias e altas. Visava o desenvolvimento da criança focado na sua criatividade e socialização transformando os conceitos da Educação Infantil, o trabalho fora da família influenciando positivamente o aparecimento de uma nova visão em relação à creche.

Para Oliveira (1988), na década de 70, a creche era uma instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Surgiram movimentos para que fossem aumentados os números de creches e berçários mantidos por entidades particulares e ainda reivindicavam junto aos órgãos públicos a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado ofertar.

Vigotsky (1989) dizia:

“os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação caminham juntos, a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista, na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história, por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade, afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece”.

Com passar dos anos a visão da Educação Infantil dá-se um avanço, com a criação da Constituição define creche/pré-escola como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil onde visa regulamentar qualidade no atendimento às crianças, dentre outras ações.

Com essa evolução foram sendo criados novos entraves para esta área. Em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) onde a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se aos ensinos Fundamentais e Médios. Assim com maior uma maior dimensão dentro do sistema educacional, visando formar o aluno com um ser sócio-histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado.

O MEC em 1998, usando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) divulgou um documento com subsídios para credenciamento e o funcionamento das institui-

ções de Educação Infantil. Assim, visando a criação de currículos que segundo a LDB era de atribuição dos profissionais da educação, o ministério formatou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Brasil, esse documento é válido até os dias atuais. A Educação Infantil que era vista como cuidar e educar com elos distintos, hoje é vista com a junção de ambas. Cuidar no aspecto que as necessidades básicas sejam atendidas e, educar, porque deve oferecer à criança, possibilidades de descobertas e aprendizados.

No Brasil a Educação Infantil, o período de vida escolar em que se atendem, pedagogicamente, crianças com idade entre 00 e 05 anos e 11 meses, segundo a LDB. O equipamento educacional que atende crianças de 00 a 03 anos de “creche”. O equipamento educacional que atende crianças de 04 a 06 anos se chama “pré-escola”.

Podemos concluir como a reflexão de Kramer (2006, p. 809 e 810), sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, afirma que:

[...] A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana. Embora educação infantil e ensino fundamental sejam frequentemente separados, do ponto de vista da criança não há fragmentação. Os adultos e as instituições é que muitas vezes opõem educação infantil e ensino fundamental, deixando de fora o que seria capaz de articulá-los: a experiência com a cultura. [...].

2. Ensino Fundamental e seu surgimento

A criação do Ensino fundamental dar-se-á pelo fato do golpe do Estado Novo, a substituição da Carta de 1934 pela constituição de 1937, a qual tratou a educação com um aspecto muito restrito. Em 1942, o então Ministro da Educação Capanema iniciou de maneira sucinta a reforma de todos os ramos do ensino primário e secundário.

Entre os anos de 1942 a 1946, surgiram alguns decretos-leis visando a tal reforma, onde o nome para esses foi Leis Orgânicas do Ensino. Romanelli (1992, p. 160) relatava que o governo central não havia diretrizes lançadas para esse nível de ensino. Estes eram de responsabilidade dos estados que gerenciava o ensino primário, as reformas referentes a este nível, mas de forma isolada e sem continuidade.

Com a criação da Lei o governo passa a traçar diretrizes para ensino primário, valida para todo o território brasileiro. Este nível de ensino fica estruturado em ensino primário, crianças de 7 a 12 anos, como primário elementar de 04 anos e o complementar de 01 ano e o supletivo de 02 anos (para adolescentes e adultos que não receberam ensino na idade adequada).

Contudo, como ressalta Romanelli (1992, p. 163), na prática “o ensino primário fundamental acabou por resumir-se no ensino primário elementar, por falta de condições objetivas de funcionamento de o ensino complementar”.

Saviani (1997, p. 31) diz que o regime militar de 1964 serviu para alterar “sensivelmente a estrutura do ensino até então em vigor” no Brasil. A lei nº 5.692 de 1971 cria diretrizes e base para o 1º e 2º grau. O ensino do 1º grau, passa ter duração de oito anos, por meio da união entre o primário e ciclo do ginásio do ensino médio.

Para Romanelli (1992) os pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema foram eliminados com a passagem do antigo primário para o ginásio, sendo feita através de exame adimensional. A lei nº 5.692 de 71 ainda transformou o 2º grau em profissionalizante, abrangendo os dois tipos de habilitação a auxiliar – 03 anos e o técnico – 04 anos.

Com fim do regime militar em 1985, o congresso deu início a criação da Constituição Federal que ficou pronta em 1988. Na parte do ensino fundamental, o texto diz a renomeação deste nível de ensino e no inciso I do artigo 208 da CF de 1988, afirmar que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Assim temos uma duplicidade de deveres como o Estado de garantir vagas obrigatoriamente para todos no ensino fundamental e ainda tem o dever dos responsáveis e

matricular seus filhos, pois se trata de um direito da criança e não dos pais (BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2007).

Cabe destacar que perante a lei nº 5.692 de 1971 esta lei é o marco do ensino fundamental a CF de 1988 manteve os mesmos princípios e as outras etapas da educação básica são de oferta obrigatória por parte do Poder Público.

A constituição federal de 1988 detalha de maneira sistemática na legislação complementar conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Esta especifica no artigo 4º os deveres do estado para os alunos e ainda repeti o inciso I da CF 88 e o inciso I e artigo 4º diz:

“O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;” [...]

A LDB de 1996 estabelece a função no âmbito federal, estadual e municipal, nos artigos 16, 17 e 18 da mesma legislação, assim assegura que a supervisão das instituições de ensino fundamental nos seus incisos I e III. Após as alterações sofridas pelas Leis nº 11.114/05 e 11.274/06, a LDB/96, no seu artigo 32, definiu o ensino fundamental como obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade.

3. A transição da Educação Infantil ao Ensino Fundamental

Na transição da Educação Infantil para ensino fundamental, demonstra a construção da criança com o conhecimento adquirido durante sua trajetória de vida, juntando experiências e contribuirão para o seu crescimento e desenvolvimento global. Com busca nos estudos acadêmicos sobre o assunto, alunos ao adentrar na escola socialização com outros membros que compartilham de diversas culturas que contribuem para enriquecer cada vez mais seu conhecimento.

O recebimento de diversas informações novas pode levar a um decréscimo na postura e no seu convívio, pois nessa fase, acontece uma interrupção da rotina escolar desses alunos. No cenário escolar, a Educação Infantil é o começo para troca de conhecimento. Stipek (1993) percebeu que não existiam problemas motivacionais, mas sim problemas com passar de série este vão surgindo.

Ratelle (2004), com base em alguns estudos, mostra que as transições escolares estão atribuídas a efeitos não desejáveis, como nota baixa, perda de interesse, falta de motivação, falta de autoestima dentre outros fatores que refletem na nota final do aluno. Com a visão dos autores, embora essa transição possa atingir a vida acadêmica dos alunos, motivação é um fator a ser considerado importante na percepção dos autores, porque parte dele a maior parte do desenvolvimento acadêmico desejado.

Segundo Benner (2011) relata que a transição social é importante, mostra a redução do interesse e engajamento dos alunos para com o estudo. Assim, a autora relata estudos que visam os aspectos sociais, a transição modifica todo o contexto com a realidade e convívio escolar e familiar. Nessa fase, o aluno sentirá insegurança e outros sentimentos decorrentes da transição para o ensino médio, fazendo com que o esforço empregado para adaptação seja comprometido.

De acordo com alguns documentos oficiais sobre educação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013 e outros foram percebidos que existe uma junção entre a transição de qualidade e ensino com os outros norteadores de ensino. Porém, o objetivo desse artigo foi mostrar como é essa transição entre esses novos contextos escolar mostrando a realidade em estavam no que diz respeito a essa temática.

Finalizando a análise dos dados, não podemos dizer que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem ser visto de maneira conjunta, pois ambos devem oferecer à criança e aos seus familiares acolhimento e receptividade, Kramer (2011). Com base no autor citado acima percebemos que segundo o mesmo um ambiente aconchegante para receber o aluno é importante dentro do contexto em que estão inseridas.

Além disso, é prioridade que instituições de educação infantil e ensino fundamental incluam no currículo estratégias de transição entre as duas etapas da educação básica que contribuam para assegurar que na educação infantil se produzam nas crianças o desejo de aprender, a confiança nas próprias possibilidades de se desenvolver de modo saudável, prazeroso, competente e que, no ensino fundamental, crianças e adultos (professores e gestores) leiam e escrevam. Ambas as etapas e estratégias de transição de-

vem favorecer a aquisição/construção de conhecimento e a criação e imaginação de crianças e adultos (KRAMER, 2011, p. 80).

Analisando o contexto do aluno, no que diz respeito à transição, os alunos necessitam de desenvolver a leitura e escrita, e as expectativas sobre o que vão encontrar é muito grande. O afeto da professora no primeiro dia, nova rotina escolar, mais atividades e responsabilidades, assim ainda esperam que as brincadeiras estejam presentes em diversas situações do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, os professores de ambas as fases relatam a dificuldade em acolhê-los. Não há entrosamento entre as fases. O projeto pedagógico não é o mesmo, no caso de que o aluno chega ao Ensino Fundamental com uma deficiência de leitura e escrita é são introduzidas com um material mais complexo. Os docentes ressaltam a falta de formação continuada específica, essencialmente para os docentes que trabalham com alunos de cinco a seis anos de idade que vão passar por esse processo de transição.

Em relação aos familiares, as opiniões sobre a transição são descoincidente referente ao ingresso no Ensino Fundamental. Alguns familiares relatam que os alunos estão prontos para ingressarem no Ensino Fundamental, já sabem escrever e ler. Por outro lado, outros familiares consideram o Ensino Fundamental muito rígido, e seus filhos ainda despreparados para essa adaptação.

Essas transições da Educação Infantil para o Ensino Fundamental estão principalmente na visão que alguns familiares têm de seus próprios filhos, por não estarem aptas tanto pela idade com a maturidade devida as grandes responsabilidades de novo contexto escolar.

Os novos entraves que envolvem essa transição não podem ser desavindos do contexto familiar em que se encontram. A família acaba criando uma insegurança em relação à rotina, ao acolhimento e principalmente à adaptação que terão que enfrentar durante essa jornada.

[...] A acolhida à criança e às famílias deve se pautar na escuta sensível a esses sujeitos com o objetivo de informar as instituições quanto a possíveis necessidades de reorganização de tempos, espaços e relações, no intuito de melhor atender às expectativas e necessidades dos sujeitos

que ocorrem à instituição. [...] A passagem da creche à pré-escola deve ser entendida como momento no qual a criança amplia suas relações interpessoais e, também, com os conhecimentos do mundo natural e social. [...] (BRASIL, 2009, p.31).

Ao finalizar o contexto para a coleta de dados, obtivemos as vozes dos envolvidos, professores, alunos e familiares que passaram por esse processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Os fatos obtidos e analisados servem com base para refletirmos sobre esse processo, que poderão de alguma forma, contribuir para melhorar a transição destes segmentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do comportamento da transição da última etapa da educação infantil para o ensino fundamental, através de pesquisa em periódicos científicos e de observação além de permitir alternativas de como minimizar os impactos da mudança no comportamento dos alunos.

De modo geral, as dificuldades e desafios que os alunos relataram terem passado, são as mesmas dos que estão ingressando, uma vez que mostra a preocupação em iniciar uma nova etapa do ensino, tendo como base, alunos e professores mais conscientizados, trazendo frustrações ao se comparar aos mesmos. Uma maneira de minimizar este impacto é sempre buscar o conhecimento através da família e do apoio pedagógico da escola e até mesmos com outros profissionais.

Os alunos demonstraram de acordo com suas experiências, conselhos importantes a serem utilizados pelos próximos a entrarem nessa etapa. Diante, das falas dos alunos ficou evidente que os objetivos e anseios dos recém-aprovados são os mesmos, e que isso faz parte do processo de integração e comprometimento com a educação escolar.

Na observação, foi possível identificar o perfil dos recém-aprovados e dos alunos que já estão nesta classe bem como a visão dos mesmos em relação aos desafios por eles enfrentados ou aos que ainda irão enfrentar.

Dada à importância do tema, torna-se necessário a realização do desenvolvimento de projetos voltados para a integração entre alunos ingresso na classe, docentes e família, que atendam a esses anseios vivenciados recém-aprovados no Ensino Fundamental.

Neste sentido, esses projetos mostrariam a realidade vivenciada pelos alunos e de certa forma minimizaria as preocupações que todos os alunos e familiares passará ao finalizar a educação infantil e passar ensino fundamental, motivando o recém-aprovado no ensino fundamental a ter mais expectativa e confiança para encarar essa nova jornada de modo diferente.

REFERÊNCIAS

ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente .Lei N° 8.069/90

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/96

VYGOTSKY, L.S. Formação Social da Mente. SP: Martins Fontes, 1989.

ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar; trad. Ernani Rosa – Porto Alegre: Art-Med, 1998.

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela. O ensino fundamental. In: OLIVEIRA, R. L.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007, p. 31-46.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei n. 9.394/96.. São Paulo: Avercamp, 2007.

DEMO, Pedro. LDB: ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

FREITAS, D. N. T. de; FERNANDES, M. D. E. Educação municipal e efetivação do direito à educação. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.19, n.72, p. 555-574, jul./set. 2011.

GADOTTI, Moacir. Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de diretrizes e Bases. In: MEMESES, João Gualberto et al. Estrutura e funcionamento da educação básica . São Paulo: Pioneira, 1998.

MONLEVADE, João. Educação Pública no Brasil: contos e descontos. Ceilândia-DF: Idéa, 1997.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB. São Paulo: Xamã, 2007, p. 15-41.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 1992.

SAVIANI, Dermerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas : Autores Associados, 1997.

_____. Política e educação no Brasil: o congresso nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez, 1996.